

ATA N.º 9/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2015.

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e quinze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, presidida pelo Sr. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira e João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT).

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Dora João Duarte Cardoso Baptista, Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior.

Verificando-se quórum, o Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram 15 horas e 21 minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 07 de maio de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de 145.527,18€.

ATAS:

O Sr. Presidente informou que vinha para aprovação a ata n.º8 de 2015, de 23/04/2015 pondo a mesma à discussão.

Sr. Vereador Pedro Gaspar cumprimenta todos os presentes e solicita uma pequena correção de português na página 4.

Vereador Francisco Cunha, sugere algumas alterações na página 3 e na página 6, e intervém para questionar sobre as atas que continuam em atraso.

Sr. Presidente informa irá solicitar que sejam enviadas aos Senhores Vereadores, um conjunto de 5 atas que se encontram em atraso.

Colocada a ata à votação a mesma foi aprovada por unanimidade com as devidas alterações.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente deu início a este período, dando duas informações. A primeira refere-se a uma notícia sobre as Viaturas Urbanas de Combate a Incêndio adquiridas para os corpos de Bombeiros da Região, em a situação não estaria devidamente resolvida o que colocaria alguns problemas de operacionalidade das referidas Viaturas. Informa que o Município está a procurar perceber o que se passa, e que o Município de Alpiarça pagou na hora, em junho de 2014, a comparticipação

nacional da VUCI que foi adquirida, assim como os equipamentos de proteção individual dos Bombeiros, referentes a um outro concurso.

Informa que este concurso a Fundos Comunitários foi realizado através de um consórcio que reunia todas as federações de Bombeiros dos distritos de Portalegre, Santarém e Évora.

A Viatura tem autorização para circular até 23 de Maio e que segundo o CDOS, possivelmente até esta data a empresa que vendeu as viaturas fará chegar os documentos em falta.

O segundo aspeto é referente ao Investimento no Concelho; assume que essa não é uma competência direta do Município, no entanto considera que todos estão conscientes que as autarquias têm também um papel a desempenhar. Afirma que no período de 2009 à presente data, houve alguma evolução relativa ao investimento privado no concelho. Refere a instalação da TEXSA, da AGRIZONE, da ALLFRESH e o aumento de Investimentos de empresas já instaladas como a MONLIZ que duplicou a sua capacidade de produção, a Triplanta e o Intermarché que apresenta perspectivas de expansão. De seguida abriu o Período Antes da Ordem do Dia aos restantes membros do executivo.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar, congratula a alteração do grafismo da Ordem de Trabalho.

Relativamente à Renoldy, afirma que este problema ainda não terminou com o encerramento da Fábrica, iniciou agora o problema com das 58 famílias. Questiona em que ponto estamos relativamente a esta questão e qual a dinâmica atual do executivo para encontrar soluções para este problema. Aceita alguma confidencialidade que possa haver em processos negociais. Falando ainda na Assembleia Municipal informa que foi com muito agrado que viu a concertação de posições na votação de uma moção referente à Renoldy, que se transformou quase num fator histórico.

Refere ainda que cada vez se sente mais desagradado com o funcionamento e ambiente da Assembleia Municipal, sendo as intervenções extemporâneas e sobrepostas entre os intervenientes, apelado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que imponha outro tipo de postura.

Relativamente à receção aos professores do Programa Comenius, questiona ao Sr. Presidente como correu a receção e qual foi o âmbito de intervenção do Sr. Presidente nesta receção. Informa que recebeu algumas informações de desagrado relativamente ao discurso do Sr. Presidente. Solicita ainda ao Sr. Presidente que em eventos deste tipo possa fazer a sua intervenção em Inglês.

O Sr. Presidente informa que não esteve presente nessa receção, por motivos de agenda estava em

Lisboa numa reunião e foi o Sr. Vereador João Arraiolos que recebeu os elementos do Comenuis.

Nesse caso, transfere as perguntas relativas a este assunto para o Sr. Vereador João Arraiolos.

Sobre as palavras do Sr. Presidente relativas ao Investimento no Concelho, questiona qual a posição do executivo no acompanhamento a este investimento. Quantas vezes o Executivo se reúne com estes agentes económicos e como é que a Câmara se pode constituir com agente cooperante destes agentes. Informa ainda que a perceção que passa lá para fora é completamente diferente.

Dá ainda o exemplo da Câmara Municipal de Tondela que desenvolveu um projeto para captação de empresas, em que o executivo está em constante contacto com os novos investidores do Concelho.

Considera que a deve ser maior proatividade do Sr. Presidente de Câmara relativamente às empresas do Concelho.

O Sr. Vereador Francisco Cunha mostra o seu desagrado pelas ordens de trabalho das reuniões de Câmara, pois não têm os assuntos que realmente interessam ao Concelho, sente que está a receber dinheiro dos Municípios não estando a trabalhar em prol do Concelho.

Agradece ao Sr. Sargento Sérgio Malacção e à sua equipa, pela grande apreensão de droga feita nos últimos dias, uma das maiores feitas no distrito e por duas intervenções feitas na Escola, sendo um roubo de telemóveis e uma detenção por posse de droga. Afirma ainda que se estes jovens agora detidos estivessem a aprender o Mandarim teriam menos tempo para estas atividades menos corretas.

Referindo-se aos discursos na Assembleia Municipal Comemorativa do 25 de Abril, lamenta a forma como o Sr. Presidente pretende abordar as pessoas, num discurso normalmente de ódio e de raiva, de tentativas de divisão, etc. Falando relativamente à Reunião da Assembleia Municipal de 24 de Abril, refere o Discurso do Deputado Paulo Sardinheiro como um discurso de União e defesa dos valores de abril. Ignorando o Discurso da Deputada Paula Matias, relativamente ao Discurso do Sr. Presidente da Assembleia afirma que chamou ignorantes a cerca de 70% da população de Alpiarça.

Refere ainda que as Assembleias Municipais são uma vergonha e por isso é que não são gravadas, afirma que existem deputados que não o sabem ser nem qual é a sua função.

Afirma que o Sr. Presidente não está em condições de lhe dar lições de democracia, e que a sua intenção é criar um clima de ódio. Afirma ainda que a Inglaterra não tem um único comunista no

Parlamento, e a não ser que os ingleses sejam todos mentecaptos, eles lá sabem qual é a razão. Pede ao Sr. Presidente que informe a população do que é bom e o que não presta, afirmando que não existe no mundo um país em que o regime comunista tenha chegado ao poder por via democrática.

Relativamente à última Assembleia, afirma existe a Lei da Rolha na Assembleia Municipal, pois não lhe é permitido falar, nem ao Sr. Vereador Pedro Gaspar. Refere ainda as acusações feitas pelo PCP à anterior Presidente, Eng. Vera Noronha que promovia a Lei da Rolha mas que leu várias atas dessas sessões em que havia constantemente intervenções do Sr. Vereador da Oposição Henrique Arraiolos. Quanto aos Deputados da CDU, diz que nunca viu os deputados do PS perguntarem ao Sr. Vereador Pedro Gaspar qual deveria ser o seu sentido de voto, enquanto os Deputados da CDU têm de reunir para perguntar ao Sr. Presidente qual deve ser o sentido de voto.

Questiona também sobre o ponto de situação relativo à sentença judicial para demolição do Elevador do Largo José Pinhão.

Relativamente às contas do Município, afirma que não teve tempo para intervir sobre este assunto na última reunião, e refere com desagrado o aumento dos prazos médios de pagamento da Câmara Municipal.

Volta a afirmar que as contas lhe foram entregues 21 horas antes da reunião pelo que não teve oportunidade de as ler antes da referida reunião.

Relativamente ao Relatório do ROC, questiona se sendo um ROC da confiança do executivo e se mesmo assim escreve um relatório como o apresentado, imagina o que falta e que o ROC não escreveu.

Falando pelos factos relatados pelo ROC compara o Município a um barco, que navega sem remos nem comandante.

Faz referência à avaliação do património, sugere que o gabinete técnico possam por em dia estes processos e questiona o facto do ROC não ter tido acesso aos documentos referentes às participadas por exemplo a Agro Alpiarça.

Questiona também sobre os empréstimos concedidos pela Câmara à Agro Alpiarça de cerca de 194 mil euros, e reafirma que a Agro Alpiarça é uma empresa falida pois em 2012 tinha um passivo de 931 mil euros, e não paga as rendas.

Questiona sobre as faturas detetadas sem cabimento, questiona ainda sobre a cobrança do IVA à EDP, em que o Município está a sair prejudicado.

Em relação à rubrica de ajustamentos das provisões questiona porque não foi enviado pelo advogado da Câmara as informações solicitadas pelo Auditor.

Relativamente ao controlo interno afirma que o mesmo é uma coisa absurda, enumera algumas situações que não são cumpridas.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente referente ao investimento, dá os parabéns às empresas implantadas no concelho e aos anteriores executivos que ajudaram a implantá-las, e afirma que gostaria de ter visto o Sr. Presidente a defender a Renoldy.

O Sr. Presidente respondendo às questões colocadas, relativamente à Renoldy informa que continua a acompanhar o processo e que está a procurar envolver um conjunto de entidades, nesta fase mais ao nível da promoção do investimento, até na sequência do abordado na Assembleia Municipal pela bancada do PS, serão mentidos contactos com algumas das entidades sugeridas.

Relativamente à Assembleia Municipal afirma que a mesma não é da sua responsabilidade, quanto à moção do PS na sua opinião é uma moção muito narrativa, no entanto informa que os trabalhos foram até interrompidos a pedido da bancada do PS para que as posições pudessem ser discutidas e pudessem também ser concertadas as opiniões.

Quanto ao funcionamento das Assembleias, considera que houve um tempo em que tentaram responsabilizá-lo pelas longas durações das Assembleias, e considera que seja natural que às vezes se gaste algum tempo a enquadrar as pessoas. Considera que a duração das Assembleias se alarga no tempo porque as pessoas têm liberdade para intervir, afirma que as regras são necessárias e que existe um abuso no não cumprimento dessas regras por parte das bancadas do PSD-MPT e do PS.

Sobre as suas palavras relativas ao investimento no Concelho considera que era uma intervenção necessária tendo em conta a mensagem que tem vindo a passar. Afirma não tem preconceitos sobre a iniciativa privada, e que acredita numa economia mista em que o setor público deve defender os serviços essenciais às populações e o setor privado deve ter também a sua função.

Afirma ainda que as Taxas Municipais evoluíram positivamente, no sentido de apoiar a instalação de empresas criadoras de postos de trabalho.

Quanto à receção aos professores do Programa Comenius, informa que os mesmos foram recebidos pelo Sr. Vereador João Arraiolos pois o Sr. Presidente esteve presente numa reunião com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local com os outros presidentes de Câmara de CIMLT,

que tinha sido previamente marcada. Tentou ainda alterar o horário da receção, o que não possível tendo em conta o programa já delineado.

Quanto às ordens de trabalhos das reuniões de Câmara apresenta dois exemplos de ordens de trabalho de concelhos vizinhos, refere que a lei caminha no sentido de dar cada vez mais competências no Presidente de Câmara e como tal existem assuntos que não têm que vir à Reunião de Câmara, porque são resolvidas pela intervenção do Sr. Presidente ou dos Sr.s Vereadores com competências delegadas.

Refere ainda relativamente às questões de segurança, que Alpiarça é um dos Concelhos da Região com menor índice de criminalidade, obviamente existem problemas de tráficos e de roubos como em qualquer outro concelho.

Quanto ao teor das intervenções dos discursos da Assembleia Municipal de 24 de Abril, não se vai pronunciar. Considera no entanto que os discursos foram corretos, na generalidade.

Refere que os conceitos de democracia não têm a ver com idade mas sim com aspetos mais globais de formação e consciencialização.

Esclarece que não existe nenhuma Lei da Rolha e que os Senhores Vereadores intervém nos termos da Lei e do Regimento. E afirma que a Assembleia Municipal não é uma nova reunião de Câmara e que quem representa a Câmara é o Sr. Presidente.

Quanto à questão dos elevadores informa que estão a decorrer um conjunto de procedimentos com a CCDR, com o Gabinete Técnico e Gabinete Jurídico.

Quanto ao Relatório do ROC informa que o mesmo é objetivo, sendo que se refere a alteração de procedimentos e quanto ao imobilizado informa que o mesmo só começou recentemente a ser registado com a gestão deste executivo. Reafirma que a gestão das contas é rigorosa que herança recebida foi pesadíssima, que o valor em dívida é duas vezes e meia o valor da receita.

O Sr. Vereador João Arraiolos refere que reconhece que as 48 horas são manifestamente curtas para a análise dos documentos, reafirma que a Prestação de Contas foi entregue dentro do prazo legal, e que apenas dois anexos foram entregues mais tarde, sendo o relatório do ROC e o Relatório da Agro Alpiarça, pois a Assembleia para a sua aprovação só foi feita em sede própria no dia anterior.

Informa que pela primeira vez o Município é avaliado por um ROC e como tal é natural que existam procedimentos a corrigir. Afirma ainda que é fácil analisar o documento e retirar de lá todas as referências negativas que lá estão. Informa ainda que existe uma comissão de avaliação do

Património e que a diferença desta avaliação em relação a 2009 é abismal.

Quanto ao relatório do ROC, responde às questões colocadas e informa que os documentos referidos às empresas participadas não se referem à Agro Alpiarça, e que esta empresa entrega os seus documentos de 3 em 3 meses.

Quanto ao empréstimo à Agro Alpiarça, informa que este mesmo empréstimo vem refletido nas contas desde 2006 e que está a ser analisado juridicamente, qual será a melhor forma de legalizar esta situação.

O Sr. Eng. Portugal, faz o enquadramento e presta alguns esclarecimentos sobre a comissão de avaliação do património.

Na segunda intervenção o Sr. Vereador Pedro Gaspar, deixa bem registado que pela primeira vez existe ROC porque a Lei assim o impõe.

Afirma que mesmo que a lei esteja a ser cumprida, o tempo disponibilizado é muito curto para analisar este documento.

Quanto à Assembleia informa que a lei da Rolha se referia a que as intervenções do público se limitavam a intervenções sobre os pontos da ordem do dia.

E que em matérias importantes era por vezes dada a palavras aos vereadores da oposição.

Afirma que se sente atacado na Assembleia Municipal sem hipótese de se defender.

O Vereador Francisco Cunha afirma que relativamente às contas se limitou a ler um documento do ROC, não questionando que o mesmo seja do PCP, questiona sim o valor pago a este ROC muito acima de outras propostas.

Afirma que os deputados do TPA e do PS têm feito intervenções de muita qualidade, e que ninguém quer que as pessoas lá em casa vejam e por isso as Assembleias não são gravadas.

Acusa o PCP de ser completamente contra as iniciativas privadas e as empresas, afirma que as finanças do Município estão um caos, os conteúdos funcionais não são cumpridos. Afirma que o PS e o PCP são as duas únicas entidades responsáveis pelo estado das coisas em Alpiarça. Afirma ainda que a CDU é ainda mais responsável pois esteve 28 anos no poder. E afirma que deve vir alguém sem vícios para gerir a Autarquia.

Sr. Presidente retoma novamente a palavra para esclarecer novamente algumas das afirmações referidas pelos senhores Vereadores.

Após um pequeno intervalo, retoma-se a sessão dando início ao período da ordem do dia.

ORDEM DO DIA:

1. PROJECTO LEI DO PCP, Procede à segunda alteração à lei 73-2013 que estabelece o regime financeiro das autarquias locais(...) – tomado conhecimento.

2. CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA, AGRADECIMENTO “FESTA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM”, tomado conhecimento.

3. JUNTA DE FREGUESIA DE ALPIARÇA - Licença Especial de Ruído para Salão dos Bombeiros e da Música, para realização do Baile da Rainha das 21h00 de 02/04/2015 até às 02h00 de 03/04/2015, Solicita isenção do pagamento das taxas, aprovada a ratificação por maioria com as abstenções do Sr. Vereador Pedro Gaspar e Vereador Francisco Cunha.

4. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - INFORMAÇÃO INTERNA N.º 04/2015, Serviço de Taxas e Licenças, Pedido de alargamento do horário de encerramento até às 4h00 às Quintas, Sextas e Sábados no BAR AFROBEACH, Requerente: RUI CARLOS SAMPAIO RAMOS, o Sr. Presidente faz o enquadramento da proposta de acordo com a informação interna.

O Sr. Vereador Francisco Cunha intervém para dar nota de que não se encontra em condições de votar esta proposta pois não conhece as condições acústicas do estabelecimento.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar está de acordo com o teor da proposta, uma vez que já existe uma precedência relativamente a outros agentes económicos. Questiona se não pode ficar registada a emissão desta licença por um período experimental.

Sr. Presidente afirma que já foram autorizados outros dois pedidos nos mesmos moldes, sendo que havendo inconformidades poderá sempre revogar-se a licença e como tal coloca à votação, sendo esta proposta aprovada por unanimidade.

5. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - INFORMAÇÃO INTERNA N.º 16/GD/2015, Proposta – Programa de férias Desportivas, Sr. Vereador João Arraiolos faz o enquadramento da proposta.

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona se o valor a cobrar é igual para todos ou se existe diferenciação para carenciados, e se a albufeira tem problemas complicados a nível da água se será pertinente marcar atividades para este espaço.

O Sr. Vereador João Arraiolos informa que são sempre isentados os carenciados e informa que as atividades na albufeira também se refere às zonas circundantes e não só ao plano de água.

Aprovada a ratificação por maioria com as abstenções do Sr. Vereador Pedro Gaspar e Vereador Francisco Cunha.

6. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA – PROPOSTA 16/JA/2015 – Atribuição de Voto de Louvor ao triatleta Filipe Ricardo Couto Azevedo Azevedo, Sr. Vereador João Arraiolos faz o enquadramento da

proposta.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar propõe que seja atribuída uma medalha de mérito desportivo grau ouro.

O Sr. Vereador Francisco Cunha refere que ficou combinado que estes louvores e medalhas seriam discutidas entre todos e depois apresentadas em conjunto.

Sr. Presidente aceita que nas próximas propostas de atribuição de medalhas se inclua o nome de Filipe Azevedo.

Aprovado por unanimidade.

7. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - INFORMAÇÃO INTERNA N.º 07/CP/2015 - Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 – período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questiona sobre os valores de aluguer de viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos.

O Sr. Vereador Francisco Cunha considera que foi barato o custo da comemoração do 25 de Abril, e considera que foram gastos 1000€ num espetáculo para fazer propaganda ao Partido Comunista.

O Sr. Vereador João Arraiolos relativamente ao aluguer de viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos, esclarece que o mesmo se deveu à necessidade colmatar a paragem da viatura Municipal devido a uma avaria.

Tomado conhecimento.

PERÍODO DO PÚBLICO

Pede a palavra o Sr. Município Eduardo Costa, para questionar como é que a autarquia com um orçamento de seis milhões de euros e apenas investe 12€ por quilometro quadrado.

Questiona ainda a razão das dívidas a terceiros ter duplicado, relativamente ao relatório do ROC o porquê de existirem itens que não têm a menção de validados e a qual a razão de não estar a ser aplicado o POCAL.

Entrega um documento ao Sr. Presidente no qual recolheu informações sobre as refeições escolares, considera que os munícipes, as crianças e os pais se encontram reféns da entidade que ganhar o concurso.

Questiona o Sr. Presidente se já sabe quem faz o relatório diário das refeições escolares.

Questiona também se o Sr. Veterinário cumpre as suas funções relativamente à fiscalização das refeições escolares e como é que o valor de refeição por aluno desceu relativamente ao ano

passado e o encargo da autarquia é mais de o dobro.

O Sr. Presidente informa que vai procurar perceber essa diferença de valores e informa que a empresa faz a avaliação das refeições assim como os técnicos da autarquia, sendo que as inconformidades são assinaladas e resolvidas.

Relativamente à questões sobre as contas, informa que estas questões se surgiram foram todas respondidas.

O Sr. Presidente informa que os valores do Orçamento são aplicados com o pessoal e com os fornecimentos e que o possível é aplicado com investimento.

Quanto às escolas, informa que existem duas situações diferentes, no que diz respeito às refeições da responsabilidade da autarquia garante que é feito o acompanhamento.

O Sr. Vereador João Arraiolos informa que o POCAL está a ser aplicado na Câmara desde que está em vigor.

Em relação aos valores da refeição informa que existem outros tipos de encargos que não estão contabilizadas no concurso, e que o controlo alimentar é feito por técnicos especializados da CIMLT.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezanove horas e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Dora João Duarte Cardoso Batista, a exercer funções de Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, servindo de Secretária, a redigi e assino.